



Mauro Sá Rego Costa

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*Reitor*

Ricardo Vieiralves de Castro

*Vice-reitor*

Paulo Roberto Volpato Dias

# Rádio, arte e política



EDITORA DA UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## Conselho Editorial

Antonio Augusto Passos Videira

Erick Felinto de Oliveira

Flora Sússekind

Italo Moriconi (presidente)

Ivo Barbieri

Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves



Rio de Janeiro  
2013

## As rádios livres e comunitárias no Brasil<sup>1</sup>

Para entender a história e a atual situação das rádios comunitárias no Brasil, consideramos necessário um preâmbulo conceitual. Trata-se de uma história com muitas camadas heterogêneas e contraditórias entre si, em que se misturam o desejo autêntico dos movimentos sociais pela democratização das comunicações; a resistência do sistema instituído da mídia, altamente oligopolizado e com representação política poderosa em todos os níveis de governo; uma legislação limitadora do alcance (abrangência do sinal) e da sustentabilidade das emissoras comunitárias; a infiltração daquele mesmo poder político instituído na tentativa de controle desse novo sistema de comunicação; uma saída para o sistema (agora ilegal) das rádios livres, utilizado tanto pelos movimentos sociais quanto por interesses comerciais (de pequena monta), por grupos políticos locais (prefeituras, vereadores) e por uma crescente e ampla rede de igrejas evangélicas populares; a perseguição policial e judicial a essas emissoras ilegais, cujo número já ultrapassa largamente as possibilidades materiais da eficácia da ação repressiva; as mudanças nas tecnologias de informação e

<sup>1</sup> Texto revisado da versão de "Rádios livres e rádios comunitárias no Brasil", publicada em *Periferia*, revista on-line do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação da FEBF/UERJ, v. 2, n. 2, set. 2010. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/>>.

comunicação, que ampliam o alcance ou até substituem projetos de rádio comunitária (web rádios, blogs, sites); o apoio crescente de outra área de governo – a do Ministério da Cultura –, com seu projeto de distribuição de meios de desenvolvimento cultural para as camadas populares (os Pontos e os Pontões de Cultura), cujos grupos criam suas rádios comunitárias e/ou estimulam (em cursos e oficinas) a criação de rádios locais (legais ou “ilegais”). Os projetos do Ministério da Cultura devem muito à atuação durante oito anos do ministro Gilberto Gil e de seu sucessor, Juca Ferreira.

Para se entender o desenho político desse processo, é preciso recorrer à compreensão das correlações entre a macropolítica (partidos, governos...) e as micropolíticas (de muitos tipos e escalas) que atravessam os movimentos sociais e se misturam, como resistência (ou, ao contrário, como pequenos elos capitalísticos), muitas vezes em aliança com instâncias macropolíticas mais progressistas. É impossível calcular os efeitos e os resultados políticos, a médio e a longo prazos, desse verdadeiro rizoma.<sup>2</sup> Citando o filósofo Michel Serres,

[...] qualquer acontecimento da história é multitemporal, remete ao revolvido, ao contemporâneo e ao futuro *simultaneamente*. Tal ou qual objeto, esta ou aquela circunstância, são, pois, policrônicos, multitemporais, fazem ver um tempo amarrado, multiplemente dobrado (Serres, 1992).

As iniciativas micropolíticas estendem-se de modo difícil de se perceber, em movimentos subterrâneos, longe do olhar da mídia dominante; tais movimentos, aparentemente fragmentados, descoordenados e sem importância, só se tornam visíveis de forma súbita e imprevisível em momentos determinados.

<sup>2</sup> Macropolítica, micropolítica, rizoma. V. Deleuze, Gilles e Guattari, *F. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995-1997.

### No começo...

As primeiras rádios livres do Brasil parecem anedotas zen. A primeira, montada por dois irmãos adolescentes, no Espírito Santo, em 1970, em plena ditadura militar, resultou na prisão de um deles e também de seu pai pela Polícia Federal. Tiveram que provar – o que na época exigia bons relacionamentos e bons advogados – que não tinham relações com o movimento comunista. Em seguida, conta a lenda, um professor de escola técnica em Sorocaba, São Paulo, ensina seus alunos a construir transmissores de rádio. Resultado: quase 50 rádios estavam no ar na cidade entre 1982 e 1983. Daí surgiu a primeira organização de rádios livres brasileiras, o Conselho das Rádios Clandestinas de Sorocaba (CRCS), que tentou – em vão – organizar as emissoras para que não transmitissem umas sobre as outras ou interferissem nas FMs comerciais. O fechamento de algumas emissoras e a ameaça policial de fechamento de todas foram suficientes para calar as vozes livres de Sorocaba (Abreu, 1995).

Mas, em 1985, ano da redemocratização do país, São Paulo enche-se de rádios livres – Xilic, Itaca, Molotov, Totó, Ilapso, Trip, Tereza, Se Liga Suplicy... Xilic, na sua primeira transmissão, cita a Rádio Alice de Bolonha e o *Plastic People of the Universe*, o rock resistente antissoviético de Praga (Machado; Magri; Masagão, 1986, pp. 53-6 e p. 153). São todas rádios libertárias, mais para Maiakovski que Lenine; maodadaístas, como Alice; tropicalistas, produzidas por jovens e universitários. O movimento espalhou-se por todo o país, dispersamente, mas intenso.

O movimento no Brasil inspirou-se nos movimentos na Itália (anos 1970) e na França (anos 1980), como projeto de ampliar a comunicação democrática e sair do controle principalmente comercial com que essa mídia estava organizada no país. Não mostra continuidade alguma com o rádio como meio de luta

sindical (Bolívia, anos 1950-60) ou revolucionária (Cuba, Guatemala, El Salvador), exemplos recentes na América Latina.

Na primeira tentativa de juntar emissoras de vários estados, em 1986, no Rio de Janeiro formaram-se duas entidades: a ABO-LA, Associação Brasileira das Ondas Livres do Ar e a Cora-Libra, Cooperativa de Rádios Livres do Brasil (Abreu, 1995). Claudia de Abreu relata que, nos anos seguintes, houve uma diminuição no número de emissoras, até que o movimento é retomado, em 1989, com o I Encontro Nacional sobre Rádios Livres, em São Paulo. Organizado pela UNE (União Nacional dos Estudantes), o encontro contou com representantes de dez estados e aprovou a criação de um coletivo nacional, que buscava o apoio da sociedade civil pela democratização da comunicação. Em 1990, começaram a surgir os pré-Comitês pela Democratização dos Meios de Comunicação. Em 1991, foi lançada a Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação, em Brasília, com a presença do Coletivo Nacional de Rádios Livres. Foi somente em 1993, no entanto, que o movimento de rádios livres entrou oficialmente para a coordenação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

### A legislação das comunitárias

Com muitos avanços e recuos, o movimento consegue finalmente, por meio da Comissão de Comunicação, Tecnologia e Informática, em fevereiro de 1998, levar ao plenário do Congresso e aprovar a lei que regulamenta a radiodifusão comunitária. Da proposta de projeto de lei do movimento organizado só se aprovaram 10% dos itens definidos. No período da tramitação da lei, 70% dos membros da Comissão no Congresso eram donos ou tinham interesses indiretos em empresas de rádio e televisão (Costa e Hermann, 2003, pp. 16-7 e pp. 97-107). Daí não se poderia esperar grande coisa. Mas o "movimento" preferiu acitar

a lei como primeiro passo para se continuar lutando por uma regulamentação mais justa e democrática. Infelizmente, o segundo passo ainda não foi dado.

A lei (Lei nº 9.612/1998) limita o alcance das emissoras a um quilômetro de raio e a potência dos transmissores a um máximo de 25 watts; dispõe de uma única frequência no dial para os milhares de emissoras a serem criadas (isto só é modificado quando a Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações –, autarquia federal que regula e fiscaliza os serviços de telecomunicações do Brasil, descobre algum impedimento local); proíbe a captação de recursos de publicidade para a sustentação da emissora; proíbe a formação de rede entre as emissoras, salvo em caso de calamidade pública; e não garante às emissoras comunitárias proteção contra as interferências de emissoras comerciais e de serviços de telecomunicação.

Esses limites são largamente criticados como impeditivos de uma verdadeira opção democratizante da comunicação popular. Em primeiro lugar, por dificultar a sustentação econômica para as rádios funcionarem. Com a proibição da publicidade, fica impossível profissionalizar seus agentes e até pagar custos básicos, como aluguel de um espaço, contas de luz e telefone.

Apesar de todos esses limites, a procura pela licença para transmissão comunitária é enorme. E há um apoio contínuo de grandes organizações não governamentais para a criação de novas emissoras, assim como apoio mútuo, dentro do movimento, para a capacitação de pessoal. Para citar alguns exemplos: a ONG Jequitibá organizou um curso de Radiojornalismo para Comunicadores Populares, em Santarém, no Pará, e em Brasília, nos dias 21 e 28 de junho de 2010; em 2008 e em 2009, a Jequitibá já promovera o mesmo curso no Rio de Janeiro, em Recife, Aracaju e Salvador, com apoio da UNESCO, da Prefeitura de Genebra, da Embaixada da Suíça no Brasil, dos governos estaduais da Bahia e Pernambuco, das Universidades Federais de Sergipe e Brasília,

da Associação Brasileira das Rádios Comunitárias (Abraço) e da ONG Viva Rio, do Rio de Janeiro;<sup>3</sup> a própria Abraço promove constantemente cursos como o de Comunicação Popular e Tecnologias Livres, que ocorreu durante seu congresso em Curitiba.<sup>4</sup>

Outros parceiros importantes são os Pontos de Cultura, programa do Ministério da Cultura sobre o qual falei mais adiante. Assim, o Ponto de Cultura Cantiga de Ninar (Itabaiana/Parafba) organizou, por três meses, a partir de setembro de 2010, oficinas de rádio comunitária e rádio web, em parceria com a Rádio Comunitária Voz Popular, do bairro de São Rafael, em João Pessoa.<sup>5</sup> O Ponto de Cultura Adilson Duarte, de Ipiatú, Bahia, oferece Oficina de Radialismo Comunitário, com o apoio da Rádio Livre Comunitária de Ipiatú (fevereiro de 2010);<sup>6</sup> o Ponto de Cultura Zabelê, junto com a Rádio Comunitária Zabelê, oferecem formação em rádio, em Remanso, município do sertão do Rio São Francisco;<sup>7</sup> a Rádio Comunitária Campeche, junto com Focu – Pontão Fomento Cultural –, no polo Florianópolis, oferecem oficinas de animação, documentário e som para os pontos de cultura e rádios comunitárias.<sup>8</sup>

Com todos os limites, o interesse pela regulamentação de rádios comunitárias pelo Ministério das Comunicações tornou-se

outro canal de clientelismo político e, naturalmente, um fator de influência em eleições locais. A estimativa é de que cerca de 50% das 4.449 rádios comunitárias que hoje funcionam legalmente no País tenham contado com as bênçãos de padrinhos políticos. Senadores e deputados ligados a entidades que sempre têm um político municipalista por trás – um prefeito ou um vereador – pressionam para acelerar a tramitação do processo de autorização das rádios e assim passam, ambos, a ter canal cativo nos períodos eleitorais.<sup>9</sup> O uso eleitoral das emissoras de rádio FM e AM por políticos não é novidade, em nível estadual e federal.

Foram divulgados em março passado [2008] novos resultados de levantamento feito pelo Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (EPCOM) que revelam que 271 políticos brasileiros, no exercício de mandato eletivo, possuem vínculo direto e oficial com veículos de radiodifusão, isto é, são sócios ou diretores de 348 emissoras de rádio e/ou televisão. Desses, 147 são prefeitos (54,24%), 48 (17,71%) são deputados federais; 20 (7,38%) são senadores; 55 (20,3%) são deputados estaduais e um é governador (Lima, link coronelismo-eletrônico-de-novo-tipo/70).

Aí não estão contabilizadas as relações informais e indiretas (por meio de parentes e “laranjas”) que envolvem muitos dos demais parlamentares com emissoras de rádio e TV. A extensão dessa prática à manipulação das comunitárias não passa, pois, de repetição de velho modelo. Franklin Martins, quando ministro da Secretaria de Comunicação Social do governo federal, chegou a propor que a regulamentação das telecomunicações e da radiodifusão fosse prioridade do próximo governo. Também se referiu

<sup>3</sup> Disponível em: <[http://www.unesco.org/pt/brasil/ingles/single-view/news/unesco\\_and\\_the\\_ngo\\_jequitiba\\_promote\\_a\\_radio\\_journalism\\_training\\_course\\_for\\_communicators\\_from\\_community\\_radio\\_stations/back/9679/cHash/1a4ba4b513/](http://www.unesco.org/pt/brasil/ingles/single-view/news/unesco_and_the_ngo_jequitiba_promote_a_radio_journalism_training_course_for_communicators_from_community_radio_stations/back/9679/cHash/1a4ba4b513/)>. Acesso em: 6 nov. 2010.

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://agenciaabraco.org/noticia/72>>. Acesso em: 6 nov. 2010.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://pccn.wordpress.com/2010/08/29/ponto-de-cultura-vaioferer-oficinas-de-radio-comunitaria-e-radio-web-em-setembro/>>. Acesso em: 6 nov. 2010.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://pontodeculturaipiau.blogspot.com/2010/02/oficina-de-radialismo-comunitario-e.html>>. Acesso em: 6 nov. 2010.

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://pontoapontobahia.wordpress.com/remanso-radio-comunitaria-zabele-fm/>>. Acesso em: 6 nov. 2010.

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://blog.radiocampeche.com.br/2010/05/radio-comunitaria-campeche-98-3-informal/>>. Acesso em: 6 nov. 2010.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://www.jornaldondrina.com.br/online/conteudo.phuml?t=1&id=982919&cti=Politicos-aceleram-concesso-de-rádios-comunitarias>>. Acesso em: mar. 2012.

à proibição de quem ocupa cargo eletivo ser concessionário de meio de comunicação de massa, o que já consta da lei, determinando que houvesse uma regulamentação mais estrita nesse sentido (Lambranco, *link* <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=446IPB006>>).

Os entraves para a regulamentação das comunitárias junto ao Ministério das Comunicações produzem, no entanto, um efeito mais amplo: além das 4.449 rádios já legalizadas,<sup>10</sup> há mais de 30 mil rádios de pequena potência no ar no país, pelas contas da Abraço. Como encarar esse fato? No início do governo Lula, em 2003-2004, foi criada uma comissão *ad hoc* no ministério para fazer um diagnóstico da situação e propor novos e mais adequados meios para selecionar e agilizar as concessões a novas rádios. Nesse momento, já havia umas 15 mil rádios no ar sem concessão.

Depois de um ano, no entanto, essa comissão não conseguiu avançar muito. A maior dificuldade era como classificar as rádios “ilegais”, para permitir seu acesso a concessões. Quase metade das rádios ilegais pertencia a igrejas evangélicas, outra grande parcela era formada pelas rádios “particulares”, montadas por pequenos comerciantes vendendo ilegalmente publicidade, além das rádios de políticos locais, vereadores, na maioria. Um número reduzido correspondia a rádios comunitárias *stricto sensu*, ligadas a associações de moradores e a outros grupos locais.

O problema é que, mesmo entre as rádios ligadas a igrejas e rádios “particulares”, havia um número de emissoras que funcionavam nos moldes das comunitárias, tratando de problemas vividos pela população local e dando voz a grupos organizados e a artistas locais. Por que não poderiam ser incorporadas, a partir de pequenas mudanças na sua organização e no seu funcionamen-

<sup>10</sup> Ver <<http://www.mc.gov.br/acoes-e-programas/radiodifusao/dados-gerais/25306-radiodifusao-comunitaria>>. Acesso em 18 fev. 2013.

to, e ganhar também o *status* de comunitárias? A comissão não conseguiu encontrar caminhos regulamentares para discriminar as rádios existentes e modificar as regras para concessões.

Outra reação foi tentada com uma série de lutas por legislação municipal que fizesse a outorga de concessões a partir das prefeituras. Várias leis foram aprovadas, como a da cidade de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro<sup>11</sup> e de Campinas, no estado de São Paulo;<sup>12</sup> assim como em Pontalina, em Goiás (Lei Municipal nº 001/2004 e Regulamentação nº 064/2004, de 2004). A Assembleia Legislativa do estado do Piauí aprovou legislação estadual para a outorga de concessões.<sup>13</sup> Toda essa legislação entra em choque com a legislação federal que, pela Constituição, é a única instância responsável pelo controle das telecomunicações no país. A tentativa é criar conflitos judiciais que tenham que ser decididos nos tribunais estaduais. Até o município de São Paulo teve sua lei aprovada em 2005 (a Lei nº 14.013, sancionada pelo prefeito José Serra).<sup>14</sup>

Isso não impediu que, em 8 de abril de 2009,

[...] a Anatel protagonizasse um curioso ato público, com palco montado no hangar da Vasp – Viação Aérea de São Paulo, no aeroporto de Congonhas [...]. Tendo como plateia o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, a vice-prefeita, secretários municipais, funcionários da Anatel, além de policiais federais e jornalistas convidados, entrou em cena um trator com rolo compressor e destruiu cerca de oito toneladas de equipamentos apreendidos em operações de fiscalização de emissoras de rá-

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://www.radiolivre.org/node/884>>. Acesso em: mar. 2012.

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://www.piratininga.org.br/arquivos/2005/64/nogueira-campinas.html>>. Acesso em: 13 nov. 2010.

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://www.portalotamboril.com.br/noticias/-953.html>>. Acesso em: 13 nov. 2010.

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.radiolivre.org/node/997>>. Acesso em: mar. 2012.

dio comunitárias e piratas. Ao todo, 17 mil discos e CDs, 750 transmissores, 70 antenas e dezenas de computadores e aparelhos de som viraram sucata. [...] Eles teriam sido apreendidos nos últimos cinco anos, em todo o estado, e correspondiam a dois mil processos concluídos pela Justiça, que autorizara sua destruição (Gomes, 2010).

Para o prefeito Kassab, o material foi destruído para mostrar que não haverá tolerância: “Nosso objetivo é fechar todas as rádios piratas e ilegais. Se é clandestina, tem que ser eliminada”, sentenciou. Dirigentes de entidades e de organizações sociais ligadas a movimentos de defesa da democratização dos meios de comunicação compararam o episódio às conhecidas práticas ditatoriais típicas de estados totalitários (Idem).

### Um caos criador

A impressão que se tem do quadro mais amplo, assim, é de algo caótico. E isto é o que se pode considerar como mais preciso, mais perto da realidade. A informação sobre o interesse pela criação de rádios locais disseminam-se por *n* caminhos. Atualmente, em função das restrições legais e das mudanças na base tecnológica das comunicações, essas informações são acompanhadas pelas disponíveis na internet – tanto em relação à web rádio, quanto a montagens de *sites* e blogs associados às rádios locais, ou no lugar delas, como canal para divulgação, comunicação e realização de ações culturais, artísticas e/ou políticas locais.

Assim se disseminam tanto pequenas rádios “ilegais”, que surgem e desaparecem com frequência, com ou sem a repressão policial instituída, quanto acontecem intervenções de coletivos locais, utilizando os meios internautas, associados, às vezes, à implantação provisória de uma emissora de rádio.

Um exemplo recente: durante a realização do Fórum Social Urbano, evento paralelo ao Fórum Mundial Urbano (no Rio de Janeiro, de 22 a 26 de março de 2010), um grupo formado por várias entidades resolveu instalar uma rádio que transmitiria localmente e via internet uma cobertura do Fórum. Faziam parte do grupo a Rádio Kaxinawá,<sup>15</sup> o Pontão da ECO<sup>16</sup> e um coletivo de artistas chamado Jogos de Escuta.<sup>17</sup> A rádio foi instalada – Rádio PortoÁrea – transmitindo diariamente para uma área do Centro da cidade do Rio de Janeiro uma programação com entrevistas e o áudio das mesas-redondas e outras atividades que aconteciam no Fórum. Um problema técnico impediu a transmissão simultânea em web rádio, mas o Jogos de Escuta montou um blog para transmitir parte da produção – <<http://radioportoarea.espectroaberto.org/>>. A rádio só durou quatro dias – de 22 a 25 de março –, mas o blog, com a cobertura em áudio do evento, ainda pode ser acessado.

### O apoio do Ministério da Cultura

Muitos projetos culturais locais, com mais tempo de permanência, incluindo modos tradicionais de música, dança e poesia, receberam apoio do governo federal através do Programa dos Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura. Este foi, certamente, o programa mais amplo de apoio ao desenvolvimento cultural

<sup>15</sup> Rádio Comunitária que inclui o Laboratório de Rádio da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – FEFB-UERJ, junto com outros grupos da comunidade de Vila São Luís, um bairro de Duque de Caxias, na periferia do Rio de Janeiro.

<sup>16</sup> Grupo universitário que dá suporte técnico e pedagógico aos Pontos de Cultura apoiados pelo Ministério da Cultura; ECO é a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>17</sup> Coletivo de artistas que trabalha com interfaces sonoras, inclusive o rádio.

já desenvolvido no país, com o foco na enorme diversidade que caracteriza a vida cultural brasileira.

É a cultura financiada de baixo para cima, permitindo a afirmação dos grupos culturais nas suas diferenças – museus dentro de favelas, preservação da memória em grupos quilombolas,<sup>18</sup> ou a formação de grupos de produção de vídeo em aldeias indígenas, apoio a grupos que mantêm formas tradicionais de dança e música, como o Jongo da Serrinha<sup>19</sup> ou os maracatus, em Pernambuco, e, ao mesmo tempo, a grupos de periferias urbanas que desenvolvem a cultura digital – arte por computador, ensino da criação de blogs e sites na internet, ou rádios comunitárias (semipre associadas às tecnologias digitais).

Até 2009, foram investidos pelo programa Cultura Viva R\$ 365,7 milhões em 8.987 iniciativas em todo o Brasil. Desses investimentos, R\$65 milhões foram para a criação de 1.084 novos Pontos de Cultura. E, segundo o Ministério da Cultura, existem quatro mil Pontos de Cultura em 1.122 municípios do Brasil, o que implica o atendimento a oito milhões e quatrocentas mil pessoas em todo o País.<sup>20</sup>

Então, o mesmo Ministério das Comunicações que, segundo a legislação restritiva, é um obstáculo ao desenvolvimento de maior número de rádios comunitárias, estabeleceu parcerias com os ministérios da Cultura, da Ciência e Tecnologia e da Agricultura para criar 11.356 pontos de conexão gratuita à internet no Brasil. Esses pontos incluem escolas públicas, bibliotecas, Pontos de Cul-

tura, aldeias indígenas, comunidades quilombolas, assentamentos rurais etc.<sup>21</sup> Muitos deles já estão associados a rádios comunitárias (legais ou “ilegais”) para sua transmissão em web rádio.

Outro projeto do Ministério da Cultura criou os Pontos de Cultura, para articular os Pontos de Cultura, estabelecer a integração e o funcionamento da rede desses pontos (via internet). Os Pontos aprovados receberam recursos de até R\$500 mil, para que pudessem adquirir equipamentos e adequar instalações físicas. O financiamento deu-se por meio de parcerias com empresas públicas, privadas e governos locais. Trabalharam com a perspectiva de capacitar produtores, gestores, artistas e de difundir produtos.<sup>22</sup> E, como vimos, vários desses Pontos de Cultura forneceram treinamento para montagem e operação de rádios comunitárias. Mais de trinta estão ligados a universidades públicas, federais e estaduais.

O Pontão da ECO, por exemplo, oferece Laboratório de Áudio (gravação, mixagem e produção sonora e radiofônica e web rádio), além de Laboratório de Vídeo, de Web (com uso preferencial de aplicativos livres), de desenvolvimento de projetos culturais, de interferências sonoras urbanas com rádio e web rádio, de *circuit bending*.<sup>23</sup> A sua participação na criação da ‘radioportaoca’ foi uma das atividades de Interferências Sonoras Urbanas com rádio e web rádio.

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/noticias-do-site/22528-programa-gesac-ampia-parceria-com-minc-para-conexao-de-pontos-de-culturas>>. Acesso em: 16 nov. 2010.

<sup>22</sup> Dados disponíveis em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/pontoes/>>. Acesso em: 1 abr. 2012.

<sup>23</sup> A técnica consiste basicamente na modificação de dispositivos eletrônicos (tais como brinquedos usados ou outros aparelhos), visando à criação de instrumentos musicais com uma sonoridade única, adaptados com uma série de novos recursos (componentes e botões), responsáveis por essa nova sonoridade. Ver: <<http://www.ufscar.br/rua/site/?p=1277>>. Acesso em: 1 abr. 2012.

<sup>18</sup> Quilombolas são residentes remanescentes de quilombos, terra ocupada por escravos fugitivos, antes da Abolição da Escravatura (1888). Muitas dessas comunidades ainda existem.

<sup>19</sup> Jongo é uma forma musical e de dança dos escravos de origem bantu. Os grupos de jongo preservam essa prática. O Jongo da Serrinha tem sua sede no Morro da Serrinha, no bairro de Madureira, Rio de Janeiro.

<sup>20</sup> Disponível em: <<http://softwarelivre.org/portal/comunidade/pontos-de-cultura-alcancam-84-milhoes-de-pessoas>>. Acesso em: 16 nov. 2010.



Muitos jovens formados nestas iniciativas – Pontos, Pontões ou nas ONGs que citei no início – têm atuado em suas comunidades e nas favelas, criando centros de comunicação, rádios livres e blogs, a partir da perspectiva política teórica das rádios livres, ou novos polos políticos como o 'espectroaberto.org', associado ao movimento internacional 'openspectrum.info'.<sup>24</sup>

Crescente atividade micropolítica em práticas artístico-culturais – grupos de teatro, dança, música, produtores de vídeo e cinema nas periferias urbanas etc. –, associada às novas tecnologias de comunicação, aumenta a expectativa de que as novas gerações, com sua contínua vivência comunicativa também potencializada no uso das redes sociais,<sup>25</sup> cheguem a induzir mudanças qualitativas na macropolítica, no Estado, nos governos, que as ações dos partidos políticos e dos sindicatos não vêm favorecendo.

## Referências:

### Livros; capítulos de livros:

- AGAMBEN, Giorgio. *Moyens sans fins*: notes sur la politique. Paris: Rivage Poche, 2002.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *Encontro com Roquette-Pinto*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957.
- BAYLE, François. *Musique acousmatique... propositions...positions*. INA/GRM; Buchet/Chastel, 1993.
- BERARDI, Franco (Bifo). *Il sapiente, il mercante, il guerriero: dal rifiuto del lavoro all'emergere del cognariato*. Roma: Derive Approdi, 2004.
- . *Felix: narrazione dell'incontro con il pensiero di Guattari, cartografia visionaria del tempo che viene*. Roma: Luca Sossela Editore, 2001.
- . *Mutazione e cyberpunk: immaginario e tecnologia negli scenari de fine millennio*. Gênova: Edizioni Costa & Nolan, 1994.
- BRÉHIER, Emile. *La theorie des incorporels dans l'ancien stoïcisme*. In: *Études de Philosophie Antique*. Paris: P.U.F., 1955.
- CAGE, John. *De segunda a um ano*. Trad. Rogério Duprat. Rev. Augusto de Campos. São Paulo: Hucitec, 1985.
- . *Silence*. Middletown (USA): Wesleyan University Press, 1961.
- CAMPOS, Augusto de. *Música de invenção*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Trad. Estella dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 1. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- . *Acercas do Ritornelo*. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 4. Trad. Suely Rohnik. São Paulo: Editora 34, 1997.

<sup>24</sup> Ver: <<http://espectroaberto.org/>>; <<http://www.radiolive.org/>>; <<http://openspectrum.info/>>. Acesso em: 30 mar. 2012.

<sup>25</sup> A utilização do Facebook, Orkut e Tweeter no Brasil é marcante. Facebook e Orkut são usados principalmente por crianças e jovens (predominantemente, abaixo dos 30 anos).

### Artigos em revistas acadêmicas e Anais de Congressos:

- COPELAND, Darren. "Cruising for a Fixing". *Musicworks* #61. Winter, 1995. Disponível em: <<http://archive.groovy.net/soundtravels/cruising.html>>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- COSTA, Mauro Sá Rego e EL HAOUILL, Janete. Rádios universitárias para um mundo melhor. In: CONGRESSO DE EDUCACION SUPERIOR, 4, Universidad 2004, Havana, Cuba, fev. 2004. CD-ROM.
- COSTA, Mauro Sá Rego e HERMANN Jr., Wallace. Rádios livres, rádios comunitárias, outras formas de fazer rádio e política. In: *Lugar comum: estudos de mídia, cultura e democracia*. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, Universidade Nômade, 2003.
- CUNHA, Magda Rodrigues da. A era pós-mídia nas rádios livres: o pensamento de Felix Guattari. In: INTERCOM, CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28, UERJ, 2005. Disponível em: <[http://ganesha.org.br/arquivosSGC/DOWN\\_220536radios\\_livres\\_intercom.pdf](http://ganesha.org.br/arquivosSGC/DOWN_220536radios_livres_intercom.pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- GOMES, Ana Luisa Zaniboni. Gritos parados no ar: uma reflexão sobre processos de interdição em rádios comunitárias. In: INTERCOM, ENCONTRO DOS GRUPOS DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO, 10, GP Rádio e Mídia Sonora, Caxias do Sul, set. 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0201-1.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- LANDER, Dan. Radiodifusão: reflexões sobre o rádio e a arte. In: ZAREMBA e BENTES (Orgs.). *Rádio Nova: constelações da Radiofonia Contemporânea* 3, Rio de Janeiro, ECO/UFRJ, 1999.

### Artigos em jornais e revistas:

- ABREU, Claudia de. *Tribuna da Imprensa*. Segundo Caderno, 25 nov. 1995.
- BERARDI, Franco. Informazioni false producono eventi veri. *Rádío Alice*, fev. 1976.
- KLEMENS GRUBER: Entrevista di Alessandro Marucci. *Il Manifesto/Alfas*, 9 marzo 2002.

### Artigos em sites e blogs:

- BERARDI, Franco "Bifo". Interviewed by Matt Fuller & snafu@kyuuzz.org. *Cognitariat and Sentiocapital*. Disponível em: <[http://subsol.c3.hu/subsol\\_2/contributors0/bifotext.html](http://subsol.c3.hu/subsol_2/contributors0/bifotext.html)>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- BURROUGHS, William. "Word is a virus". In: *Electronic Revolution*. Disponível em: <[http://www.ubu.com/historical/burroughs/electronic\\_revolution.pdf](http://www.ubu.com/historical/burroughs/electronic_revolution.pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- CAGE, John. *John Cage: an autobiography*. Disponível em: <<http://www.newalibion.com/artists/cage/autobiog.html>>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- . *Roaratorio: an Irish Circus on Finnegans Wake*. Disponível em: <[http://www.themodernword.com/joyce/music/cage\\_roaratorio.html](http://www.themodernword.com/joyce/music/cage_roaratorio.html)>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- GODDARD, Michael. *1968-1977-1999 and beyond: Bifo's futurist thought and the invention of world 3*. Disponível em: <<http://www.highbeam.com/doc/1P3-939465631.html>>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- KOGAWA, Tetsuo. *Toward Polymorphous Radio*. Disponível em: <<http://anarchy.translocal.jp/non-japanese/radiorethink.html>>. (Rumo ao Rádio Polimorfo, trad. Lilian Zarembo). Acesso em: 18 fev. 2013.
- LAMBRANHO, Lúcio. "Parlamentares donos de rádio e TV sob pressão". Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=446PB006>>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- LIMA, Venício A. de. "Coronelismo eletrônico de novo tipo". Disponível em: <<http://www.jurisciencia.com/artigos/coronelismo-eletronico-de-novo-tipo/70/>>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- PERLOFF, Marjorie. "The music of verbal space: John Cage's 'What you say'". Disponível em: <<http://epc.buffalo.edu/authors/perloff/cage.html>>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- PRADO, Eleutério F. S. *Pós-grande indústria: trabalho imaterial e fetichismo*. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/23747129/PRADO-E-S-Pós-grande-industria-trabalho-imaterial-e-fetichismo-uma-critica-a-A-Negri-e-M-Hardt>>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- PRITCHETT, James. *The story of John Cage's The City wears a slouch hat*. 1995. Disponível em: <<http://www.rosewhitemusic.com/cage/texts/slouch.html>>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- TAN, Margaret Leng. *Silent revolution*. Disponível em: <<http://users.skynet.be/P-ART/PARADISE/JOURNAL/JOURNAL10/silentrevolution.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

## Sobre o autor

**Mauro Sá Rego Costa** tem graduação em Filosofia – UFRJ (1971), Mestrado em Comunicação – UFRJ (1983) e Doutorado em Educação – UFRJ (1994). Foi professor de Estética e Teoria da Percepção no Conservatório Brasileiro de Música, onde chegou a dirigir o Mestrado em Música (1995-2000), e na Faculdade de Dança Angel Vianna. Atualmente é professor associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde vem atuando, nos últimos doze anos, na área de Rádio: Educação e Comunicação, com os temas: teoria do rádio, rádioarte, rádio experimental, rádio educativa e rádios comunitárias.